



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 14 de maio de 2022

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na quinta-feira	Euro Comercial, venda na quinta-feira	Capital de giro Na quinta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,17% São Paulo	103.109 / 106.924	R\$ 1.212	R\$ 5,057 (-1,61%)	R\$ 5,262	6,76%	12,76%	Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62
1,47% Nova York	10/5 11/5 12/5 13/5		Últimas cotações (em R\$)				
			9/maio 5,157 10/maio 5,134 11/maio 5,144 12/maio 5,140				

COMBUSTÍVEIS

Ministro André Mendonça acolhe os argumentos da Advocacia-Geral da União e suspende a política definida pelos estados para a cobrança do tributo sobre o óleo diesel. Para o governo federal, é preciso estabelecer uma alíquota única

Bolsonaro ganha no STF batalha do ICMS

» DEBORAH HANA CARDOSO
» LUANA PATRIOLINO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça atendeu ao pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu a forma como os estados vinham aplicando a alíquota única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre o óleo diesel. Ao **Correio**, André Horta, diretor institucional do Conselho Nacional de Secretários Estaduais da Fazenda (Confaz) afirmou que o grupo irá recorrer da decisão. Em março, a Lei Complementar nº 192, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), definiu que deveria haver em todo o país uma alíquota única do tributo sobre o diesel.

Os governos estaduais fixaram, por meio de convênio, um teto do ICMS a ser cobrado no preço final do combustível. Mas o acordo permitia a concessão de descontos, o que na prática possibilita a cada estado manter a mesma alíquota que aplicava anteriormente. O valor estabelecido na ocasião foi de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10, o mais usado no país.

Segundo André Mendonça, “não se admitirá mais 27 alíquotas diferentes de ICMS, o que representa uma uniformidade e redução do valor do combustível e menor flutuação dos preços”.

A decisão do ministro, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, ferrenho crítico do ICMS cobrado pelos estados sobre os combustíveis, atendeu a um apelo da Advocacia-Geral da União. “A forte assimetria das alíquotas de ICMS enseja problemas que vão muito além da integridade do federalismo fiscal brasileiro, onerando sobretudo o consumidor final, que acaba penalizado com o alto custo gerado por alíquotas excessivas para combustíveis — que são insumos essenciais, e por isso, deveriam ser tratados com modicidade — e com a dificuldade no entendimento da

composição do preço final desses produtos”, alegou a AGU, no pedido encaminhado ao STF.

Na ação, o governo argumentou que o Confaz contemplou “uma maneira inovadora de diferenciação de alíquotas de um mesmo produto” entre os entes regionais, permitindo que cada estado pratique sua própria política para o imposto.

De acordo com o conselho, o congelamento aplicado no ICMS de novembro de 2021 a abril deste ano, fez os estados renunciarem R\$ 15,9 bilhões em receita. Caso a medida se estenda até dezembro deste ano, a redução dos orçamentos estaduais será de R\$ 37,1 bilhões. “Se aplicar o que a AGU pede, aumenta o combustível em 30%”, afirmou André Horta.

Alíquota nacional

Entre as unidades da Federação, a cobrança do ICMS tem uma variação considerável. O **Correio** procurou a secretária da Fazenda de Santa Catarina antes da decisão do ministro André Mendonça. O estado catarinense já praticava as menores alíquotas de combustíveis do país, sendo 12% para o diesel e 25% da gasolina. “No Brasil, o ICMS do diesel pode chegar a 18,5% e da gasolina até 34%”, afirmou o ministro. O governo catarinense é contra a alíquota única nacional, pois a média elevaria o ICMS em Santa Catarina. Consequentemente, isso elevaria os preços no território catarinense, por isso o governo estadual não concorda”, informou a secretária catarinense, em nota. Os governos do Distrito Federal e do Rio de Janeiro não se manifestaram sobre o assunto.

Janssen Murayama, sócio do escritório Murayama, Afonso Ferreira e Brechbühler Advogados, explicou que a interferência viola o pacto federativo. “É uma nítida violação e interferência da União na competência tributária dos estados. Além do mais, a questão do preço da gasolina, etanol e do gás de cozinha e de ter mais produtos

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Mendonça: ministro indicado por Bolsonaro atendeu a pedido da AGU

que estão sendo questionados, está prevista no convênio. Aprovado por todos os estados, então está tudo dentro da Constituição”, disse.

Já Marcelo Leal, advogado tributarista e sócio do Schuch Advogados, alerta para as fragilidades do acordo firmado entre os estados. “Tudo depende da interpretação do dispositivo que permite a redução e o restabelecimento das alíquotas. Embora não haja tanta clareza, parece-nos que a interpretação mais coerente seria a de possibilitar essa redução e restabelecimento de forma uniforme, sob pena de desvirtuamento da sistemática da alíquota única”, explicou Leal.

Ficção na Petrobras

» ROSANA HESSEL

Para tentar conter a insatisfação popular com os constantes reajustes dos combustíveis, o novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciaram o encaminhamento de estudos para a privatização da Petrobras. Mas especialistas não veem qualquer possibilidade de redução dos preços na bomba com essa estratégia.

Sachsida foi escolhido para substituir Bento Albuquerque na quarta-feira, um dia após a Petrobras autorizar o reajuste no preço do diesel, de 8,87%. Ao tomar posse, o novo ministro disse que sua prioridade será a privatização da Petrobras e da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA).

A privatização da Petrobras não está sendo levada a sério pelo mercado, especialmente pelo atropelo do anúncio em ano eleitoral. Analistas ainda lembram que o processo pode levar anos, em razão da complexidade. No caso da Petrobras, a privatização precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração, pelos funcionários da estatal e pelo Congresso Nacional. Há um consenso de que o governo não conseguirá avançar com essa ideia neste ano.

“É uma cortina de fumaça. Não tem como fazer essa privatização no curto prazo, muito menos, nos meses que sobram neste governo”, destacou a economista e advogada Elena Landau, responsável pelo processo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). “Esse estudo do ministro novo é um ato político. Não dá para levar a sério em um ano eleitoral. É muito mais para desviar o

foco do reajuste do diesel e, possivelmente, da gasolina que está para acontecer”, acrescentou Julio Hegedus, economista-chefe da coreana Mirae.

Especialistas alertam sobre os riscos de a medida elevar ainda mais os preços na bomba, uma vez que o custo do barril do petróleo tem subido, em grande parte, devido à guerra na Ucrânia. Além disso, o mercado de petróleo é cartelizado e, portanto, pouco competitivo. A Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opec) controla os preços globais, aumentando ou reduzindo a produção de acordo com os próprios interesses.

“Pensar que a privatização da Petrobras vai baixar os preços dos combustíveis é ideia de jerico. A empresa privatizada certamente se associaria ao cartel do petróleo, a Opec, e iria transferir os choques de preços integralmente para dentro da economia. O petróleo não é mexerica, mas, sim, um insumo universal que afeta todas as cadeias produtivas e afeta diretamente os consumidores”, explicou o economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O deputado federal Paulo Ramos (PDT-RJ) protocolou, ontem, um pedido para que o ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, explique na Câmara as razões de sua exoneração da pasta. Ramos lembrou que o governo federal exerce o controle da Petrobras, portanto, tem responsabilidade sobre a alta dos preços dos combustíveis.

“O governo não pode continuar mentindo ao povo brasileiro. Se quisesse reduzir o enorme lucro da Petrobras, que superou R\$ 44 bilhões, como tem a maioria da diretoria e do Conselho de Administração, poderia adotar uma política para retomar a produção de refinarias com capacidade ociosa, substituindo as importações de derivados”, afirmou.

REDES SOCIAIS

Musk suspende compra do Twitter por US\$ 44 bilhões

» FERNANDA STRICKLAND
» ISABEL DOURADO*

Gigante da internet, o Twitter tropeçou ontem. Ações da empresa caíram quase 20% após o bilionário Elon Musk suspender o acordo para comprar a rede social. Em março, o Musk adquiriu 9,2% das ações da empresa e, poucas semanas depois, anunciou um acordo de compra da empresa, por US\$ 44 bilhões. Ontem, Elon Musk recuou. Disse que a negociação está temporariamente suspensa — apesar de se manter “comprometido” com a transação.

Ele apontou o problema que estaria emperrando a transação. “O acordo para a compra do Twitter está temporariamente suspenso por pendências em

detalhes que sustentam que contas falsas de fato representam 5% dos usuários”, escreveu no próprio Twitter. Depois de duas horas, publicou: “Ainda comprometido com a compra”.

Há tempos Musk critica a presença de “contas falsas na plataforma”. O homem mais rico do mundo já disse que eliminar bots (robôs) e contas que dispararam milhares de mensagens será uma de suas prioridades como dono da rede social.

Ontem, as ações da rede social desabaram na bolsa dos Estados Unidos. A incerteza veio se juntar à preocupação dos investidores da Tesla, fabricante de veículos elétricos pertencente a Musk. Eles temem que o megaempresário venda ações da montadora

AFP



Musk: desconfiança sobre a quantidade de contas falsas no Twitter

para honrar o aporte no Twitter.

O economista Eduardo Chagas, analista-chefe da Gladius, ressalta dois pontos sobre a decisão de Musk suspender o diálogo com o Twitter. “A oferta

de Musk era de cada compra ser US\$ 54,20. Esse pagaria esse valor a todos os acionistas para fechar o capital da empresa”, explicou. “Com ele suspendendo essa compra

temporariamente, e deixando dúvidas de se ela realmente vai acontecer, isso derruba o preço da ação”, observou.

O segundo ponto, afirma Chagas, “é que os resultados do Twitter já não estavam tão legais, com várias dúvidas sobre a rede de usuário, de ser do tamanho que eles alegam ser, devido ao número de bots e contas fakes”.

Segundo o economista, o mercado já notava um número de usuários superestimado. “Mesmo com uma multa de US\$ 1 bilhão, caso Musk não realize a compra, ainda pode ser interessante para ele fazer essa retirada, caso esses números de usuários realmente estejam superestimados”, comentou.

O professor livre-docente da Unifesp Álvaro Machado Dias, neurocientista e futurista, vê outros aspectos. Ele explica que o Twitter usa como métrica principal para o seu potencial comercial a chamada mDAU — que

em português pode ser lido como usuários diários monetizáveis. “Efetivamente, a empresa inflou o mDAU por anos”, disse. “Musk conduziu o processo de verificação da integridade dos dados financeiros e operacionais da companhia (chamado de due diligence) de maneira singularmente apressada, amadora”, afirmou.

“Outra possibilidade, que me parece mais razoável, é que o processo conduzido às pressas foi parte de uma estratégia para alegar que um ‘evento material adverso’ (como são chamadas essas surpresas na aquisição de um negócio). Ele travou a negociação e começou a rediscutir o valor da companhia a ser adquirida. Não seria uma novidade no mundo dos negócios” apontou.

O Twitter tem mais de 217 milhões de usuários e foi criado em 2006. (*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza)